

ILUSTRÍSSIMO SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
RESPONSÁVEL PELA CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 15/2020 DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE NAVEGANTES – ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 15/2020 FMS

CONCORRÊNCIA N.º 15/2020 FMS

OBJETO: MENOR PREÇO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE HOSPITALAR SEM FINS LUCRATIVOS PARA GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA, INTERNAÇÕES HOSPITALARES, ATENDIMENTO AMBULATORIAL E GESTÃO ADMINISTRATIVA DO HOSPITAL MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC.

INSTITUTO SAÚDE E CIDADANIA – ISAC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 14.702.257/0001-08 sem fins lucrativos, neste ato representado por sua presidente **EVANE DE LOURDES FERREIRA SIMONASSI CORBACHO**, brasileira, casada, empresária, portadora da Carteira de Identidade RG n.º 1.854.458, e devidamente inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 510.743.706-00, ambas com endereço na sede da entidade ST SCS QD 09 BL C Torre C Ed. Parque Cidade Corporate Parte V-1, s/n.º, Sala 1001, Asa Sul, Brasília – Distrito Federal, CEP: 70.308-200, endereço eletrônico: josinaldo@cotecdf.com.br, por intermédio de sua representante legal, *in fine* assinado, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria com fulcro na alínea “a” do inciso I do artigo 109, da Lei 8.666/1993, apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da incorreta inabilitação do **INSTITUTO SAÚDE E CIDADANIA – ISAC**, bem como da incorreta habilitação da **ASSOCIAÇÃO DA REDEH DE BENEFICÊNCIA CRISTÃ**, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 86.324.860/0001-04, pelas razões de fato e de direito à seguir expostas:



1. DA SÍNTESE FÁTICA

Trata-se de CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 15/2020 cuja o objeto é a contratação de entidade hospitalar sem fins lucrativos para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de assistência, internações hospitalares, atendimento ambulatorial e gestão administrativa do hospital municipal de Navegantes – Santa Catarina.

Na data designada para abertura do certame 28 de maio de 2020, onde após ser disponibilizado aos presentes os documentos de habilitação para serem analisados, a Associação REDEH apresentou os seguintes questionamentos quanto ao Instituto ISAC: *Objeto do Estatuto Social da ISAC, no qual não é compatível com o Edital; a licença de funcionamento de objeto distinto; questionou o Balanço apresentado de 2018 e não do último exercício; Questionou o CNES do ISAC, no qual não apresentaria os profissionais exigidos no Edital.*

Por sua vez, o INSTITUTO DE SAÚDE ISAC questionou: *O balanço contábil e o termo de encerramento sem o registro, também não foi apresentado as notas explicativas.*

Após a Comissão solicitou prazo para responder os questionamentos, onde se esclareceu o seguinte:

*Referente ao questionamento do objeto do estatuto e da licença de funcionamento da ISAC, já é unanime no Tribunal de Contas que objeto não precisa ser idêntico no Estatuto, **porém comprova-se sua capacidade através do CNPJ e atestado de capacidade técnica**, com relação ao balanço verificou-se com através do contador que os prazos foram prorrogados sendo aceito de 2018, conforme as servidoras da Secretária de Saúde, para análise técnica do CNES, **o CNES da ISAC não está compatível com as ações previstas no***

documento descritivo, o CNES apresentado se refere aos serviços prestados num pronto atendimento e não a um hospital, não cumprindo ao item 5.5.6 do edital (Declaração de capacidade técnica/médica para execução ou manutenção das ações previstas no documento descritivo, apresentando o CNES para comprovação).

Quanto ao questionamento da ISAC sobre o balanço da REDEH sem registro, a comissão entrou em contato com o Registro Civil de Pessoa Jurídicas e Títulos e Documentos de Taio e este informou que o carimbo de registro é feito apenas no termo de abertura e encerramento sendo o registro válido, ou seja o balanço patrimonial está válido.

Desse modo após os esclarecimentos, decidiu a Comissão responsável declarar inabilitadas as empresas INSAÚDE por não apresentar declaração 5.5.1 e por não apresentar balanço patrimonial, a empresa IDEAS pelo item 5.3.8 e 5.3.9, e a ISAC pelo item 5.5.6. Abrindo-se prazo para recurso para as licitantes.

É a síntese do necessário.

2. DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, salienta-se que nos termos do inciso I, do art. 109 da Lei 8.666/93, cabe recurso administrativo no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

O prazo fatal para apresentação do recurso administrativo ocorrerá no dia 11.06.2020, data está que é feriado nacional, também previsto pelo Decreto n.º 251, de 20 de dezembro de 2019 do Município de Navegantes que estabelece o calendário de feriados e pontos facultativos nas repartições públicas do poder executivo do Município para o ano de 2020.

Diante do exposto, considerando que o recurso conforme prevê o edital em seu item 8.5 deve ser protocolado junto ao Departamento de Compras/Licitações, localizado na sede da Prefeitura do Município de

Navegantes, situada na Rua João Emílio nº 100 – Centro, **em dias uteis, no horário de expediente.**

Portanto considerando o feriado no dia final do prazo 11.06.2020 deve ser considerado o próximo dia útil como prazo final para apresentação do recurso, deste modo o presente é tempestivo.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A. DA INCORRETA INABILITAÇÃO DO RECORRENTE

A recorrente foi inabilitada por suposto descumprimento do item 5.5.6 do Edital, que assim dispõe:

5.5.6 Declaração de capacidade técnica/médica para execução ou manutenção das ações previstas no documento descritivo, apresentando o CNES para comprovação.

O Edital trazia como requisitos para habilitação:

5. DA HABILITAÇÃO

5.1 A proponente deverá apresentar o envelope nº 01 "HABILITAÇÃO", em 01 (uma) via contendo os seguintes documentos:

5.1.1 Declaração de Habilitação (Anexo I)

5.1.2 Declaração de Cumprimento ao Disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal (Anexo II);

5.1.3 Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à Habilitação (Anexo III);

5.1.4 Será obrigatório, sob pena de inabilitação, que o licitante tenha em seu objeto social as atividades compatíveis com o objeto deste Edital;

5.1.5 Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

5.1.6 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social com todas as alterações ou a última alteração consolidada ou por transformação transcrita na íntegra, **devidamente registrado e autenticado**, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

5.1.7 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

5.1.8 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para

funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.9 Cópia das atas da última eleição do Conselho de Administração e sua diretoria, devidamente registradas.

Entendeu a Comissão Licitante pela inabilitação da recorrente pelo fato do CNES apresentado, não estar compatível com as ações previstas no documento descritivo, o CNES apresentado se refere aos serviços prestados num pronto atendimento e não a um hospital, não cumprindo ao item 5.5.6 do edital (Declaração de capacidade técnica/médica para execução ou manutenção das ações previstas no documento descritivo, apresentando o CNES para comprovação).

Importante frisar que o INSTITUTO SAÚDE E CIDADANIA – ISAC comprovou sua Capacidade Técnica através dos ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA apresentados dos Municípios de Jacobina – Bahia, Maceió – Alagoas, Brasília – Distrito Federal, Araguaína – Tocantins, Ananindeua – Pará. Também está especificado no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas no campo Descrição da Atividade Econômica Principal e Descrição de Atividade Econômica Secundária.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 14.702.257/0001-08 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 07/11/2011
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO SAÚDE E CIDADANIA - ISAC		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ISAC		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 86.10-1-01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 86.10-1-02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências 86.40-2-05 - Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia 86.40-2-06 - Serviços de ressonância magnética 86.40-2-04 - Serviços de tomografia 86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos 86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares 87.12-3-00 - Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio 86.90-9-99 - Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente 86.21-6-01 - UTI móvel 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 86.30-5-99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente 91.01-5-00 - Atividades de bibliotecas e arquivos		



Tanto é que a própria Comissão Licitante ao ser questionada quanto ao objeto do estatuto e da licença de funcionamento da ISAC confirma que a recorrente tem Capacidade Técnica, *vejamos*:

com as ações previstas no documento descritivo. Referente ao questionamento do objeto do estatuto e da licença de funcionamento da ISAC, já é unânime no Tribunal de Contas que objeto não precisa ser idêntico no estatuto, porém comprova-se sua capacidade através do CNPJ e atestado de capacidade técnica, com relação ao balanço

Neste diapasão, não há sombra de dúvidas que a recorrente atende os requisitos previstos no edital, bem como ter Capacidade Técnica para participar da licitação, diante de que tal exigência pela administração pública do CNES específico para qualificação técnica ser exigência exacerbada caracterizando rigor excessivo, e não foi exigido pelo edital tanto para habilitação quanto para Capacidade Técnica, vejamos:

5.4 Qualificação Técnica

5.1 Comprovar experiência gerencial através da qualificação de seu quadro funcional. Para tanto, a entidade deve apresentar em seu quadro: Responsável Técnico (Médico), devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina e profissional de nível superior, com bacharelado em Administração, devidamente registrado no Conselho Regional de Administração - CRA.

5.2 Comprovação de experiência (s) gerencial (ais) em Unidade Hospitalar, pertinente(s) e compatível (eis) com o objeto do Edital de Licitação, através de atestado(s) fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

5.3 Comprovação de que possui no mínimo 03 (três) anos de existência, com cadastro ativo, conforme certidão emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, disponível em: www.receita.fazenda.gov.br;

Ressalta-se que o CNES tem como principal objetivo ser a base para operacionalizar os Sistemas de Informações em Saúde e tem como suas principais funções: *Automatizar o processo de coleta de dados feito por estados e municípios; Embasar o planejamento das ações em saúde no Brasil; Promover a transparência sobre a infraestrutura e capacidade dos estabelecimentos de*

saúde; Possibilitar o controle do custeio de ações pelo Ministério da Saúde; Realizar a integração entre outros sistemas do SUS; Dar visibilidade para o potencial assistencial do país. Não tendo relação com as atividades que a recorrente possa ou não promover.

Deste modo, é de se levar em consideração que CNES consiste no cadastro de estabelecimentos que prestam diretamente serviços de saúde, sendo que os serviços licitados envolvem essencialmente a mão de obra e serão prestados no estabelecimento do Município e não em estabelecimento do licitante ora recorrente. Assim, não está sendo licitado a prestação de serviços de saúde em estabelecimento do licitante, mas sim no estabelecimento próprio do Município que tem inscrição no CNES passando as informações a serem alimentadas pela empresa vencedora do certame.

9.48 Manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES do HOSPITAL.

1

Não obstante ao argumentado suscitado, levantamos o fato que a exigência de tal documento extrapola as exigências legais aplicadas ao caso, sendo exacerbado o excesso de formalismo.

Nesse sentido importante tecer entendimentos já consolidados em nossos tribunais:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. **EXIGÊNCIA EDITALÍCIA COM FORMALISMO EXCESSIVO. INTERESSE MAIOR DA ADMINISTRAÇÃO E DOS PRINCÍPIOS QUE REGEM O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.** INDEVIDA INABILITAÇÃO DE CONCORRENTE. ANULAÇÃO PARCIAL. PODER-DEVER DE AUTOTUTELA DA ADMINISTRAÇÃO. SENTENÇA CONFIRMADA. 1. **"A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta"** (STJ: MS n. 5.869/DF, Relatora Ministra Laurita Vaz, DJ de

¹ Trecho retirado da CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/PRESTADORA DE SERVIÇO.

07.10.2002). 2. Considerando que, consoante previsto pelo próprio órgão emitente, a utilização do Certificado de Regularidade do FGTS para os fins previstos em lei, está condicionada à verificação de autenticidade no site, uma vez verificada a autenticidade e a efetiva regularidade da empresa concorrente, configura excesso de formalismo a inabilitação da licitante que apresentou certificado com data de validade vencida, conforme reconheceu a própria Administração, havendo de prevalecer, no caso, o interesse público da melhor contratação. 3. Tendo em vista que, quanto ao comprovante de recolhimento da quantia de 5% (cinco por cento) da avaliação mínima, foi constatado que a empresa concorrente de fato havia apresentado o documento, tendo a comissão de licitação se equivocado quanto a sua falta, apresenta-se legítimo o ato da Administração que, no exercício do seu poder-dever de autotutela e em face da supremacia do interesse público, anulou o procedimento licitatório, na parte em que inabilitou a empresa por tal fundamento. 3. Sentença confirmada. 4. Apelação desprovida.

(TRF-1 - AC: 00200427320084013800 0020042-73.2008.4.01.3800, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO, Data de Julgamento: 05/10/2015, SEXTA TURMA, Data de Publicação: 26/10/2015 e-DJF1 P. 1705)

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. AUTORIDADE IMPETRADA QUE HABILITOU AS DUAS LICITANTES AO DISPENSAR O FORMALISMO EXCESSIVO EM BENEFÍCIO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE, DA PROPORCIONALIDADE E DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO. MEDIDA PLENAMENTE CABÍVEL NA HIPÓTESE. PRECEDENTES. ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO. SEGURANÇA DENEGADA. "4. A Administração Pública não pode descumprir as normas legais, tampouco as condições editalícias, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/93, art. 41). Contudo, rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, do tipo menor preço, na qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa (Lei 8.666/93, art. 3º) (REsp. n. 797.170/MT, relª Minª Denise Arruda, j. 17-10-2006).

(TI-SC - MS: 20130678016 SC 2013.067801-6 (Acórdão), Relator: Stanley da Silva Braga, Data de Julgamento: 10/06/2014, Grupo de Câmaras de Direito Público Julgado)



REEXAME NECESSÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA. INABILITAÇÃO DA IMPETRANTE. ALEGAÇÃO DE NÃO CUMPRIMENTO DE REQUISITOS QUANTITATIVOS MÍNIMOS EXIGIDOS PARA COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL. ILEGALIDADE. OCORRÊNCIA APENAS DE DIFERENÇAS NA NOMENCLATURA UTILIZADA NOS DOCUMENTOS APRESENTADOS PELA LICITANTE. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA DEVIDAMENTE CUMPRIDA. SENTENÇA MANTIDA. REMESSA CONHECIDA E DESPROVIDA. "A interpretação das regras do edital de procedimento licitatório não deve ser restritiva. Desde que não possibilitem qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, é de todo conveniente que compareça à disputa o maior número possível de interessados, para que a proposta mais vantajosa seja encontrada em um universo mais amplo" (MS n. 5779/DF, Min. José Delgado)." (Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2012.048200-3, da Capital, rel. Des. Luiz César Medeiros, j. 13-08-2013) (ACMS n. 2011.083041-4, de Itajaí, rel. Des. Cid Goulart, j. 25-11-2014) (Agravado Regimental n. 0302757-83.2017.8.24.0023, da Capital, rel. Des. Jorge Luiz de Borba, Grupo de Câmaras de Direito Público, j. 23-10-2017).

(TI-SC - Remessa Necessária Cível: 03116396820168240023 Capital 0311639-68.2016.8.24.0023, Relator: Cid Goulart, Data de Julgamento: 20/08/2019, Segunda Câmara de Direito Público).

REEXAME NECESSÁRIO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. DESCLASSIFICAÇÃO. EXCESSO DE FORMALISMO. MOTIVO RELACIONADO À HABILITAÇÃO. DESCABIMENTO. CONVERSÃO EM DILIGÊNCIA OU CONCESSÃO DE PRAZO PARA A JUNTADA DA DOCUMENTAÇÃO. O tipo licitação menor preço deve proporcionar a obtenção da proposta com melhor vantagem econômica à Administração, fator que prepondera sobre formalidades excessivas, passíveis de serem supridas, como ocorre na hipótese vertida nos autos. Ultrapassada a fase de habilitação, é descabida a desclassificação em razão de motivo relacionado à habilitação, forte no § 5º do art. 43 da Lei nº 8.666/93. Havendo a falta de documentação não essencial, deve a administração viabilizar sua anexação sem grande apego ao formalismo, através da conversão em diligência, na forma do art. 43, § 3º, Lei nº 8.666/93, ou na concessão de prazo para a juntada, nos termos do 48, § 3º, do mesmo diploma legal. Nº 70062262514 (Nº CNJ: 0418814-97.2014.8.21.7000) 2014/CÍVEL.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. INABILITAÇÃO DA LICITANTE. COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL. Mostra-se suficiente no caso, em juízo de verossimilhança, a documentação apresentada pela empresa recorrente para comprovação de sua regularidade fiscal com a Fazenda Municipal, tendo-se em vista o objeto licitado e a repúdia às exigências excessivas frente à simplificação do processo de licitação para a preservação do interesse público através da escolha da proposta mais favorável à Administração. Dessa maneira, deve ser suspenso o processo de licitação na modalidade concorrência sob nº 152-2004 até o julgamento final do mandado de segurança. Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento Nº 70009713173, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Des. João Armando Bezerra Campos, Julgado em 29/12/2004)²

Nesse sentido a interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta.³

São frequentes as decisões do Tribunal de Contas da União que prestigiam a adoção do princípio do formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de falhas ao longo do procedimento licitatório.

Resumidamente, o formalismo moderado se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações: *busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.*

Nesse sentido, orienta o TCU no acórdão 357/2015-Plenário:

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que

² Grifos e Negritos não originais.

³ MS 5869/DF, Relª Ministra Laurita Vaz, Primeira Seção do STJ, publicado no DJ em 07.10.2002, p.63.

prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

Ao contrário do que ocorre com as regras/normas, os princípios não são incompatíveis entre si, diante de um conflito de princípios (p. ex., vinculação ao instrumento convocatório x obtenção da proposta mais vantajosa), a adoção de um não provoca a aniquilação do outro. Como exemplo, esse raciocínio pode ser percebido nas seguintes decisões do Tribunal de Contas da União:

Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências. (Acórdão 2302/2012-Plenário)

O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa. (Acórdão 8482/2013-1ª Câmara)

Vale lembrar que o certame licitatório não representa um fim em si mesmo, mas um meio que busca o atendimento das necessidades públicas. Nas palavras do professor ADILSON DALLARI: a "licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital".

Ademais, com a devida vênia, a decisão da Comissão Licitante é insustentável, até porque, a Licitação, como sabido, constitui-se num procedimento administrativo tendente a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública na contratação de obras e serviços. E, por isso, os administradores públicos não podem se deixar levar por

rigorismos inúteis e preciosismos técnicos, pois que apenas oneram e prejudicam o processo de seleção e ferem de morte os princípios da Isonomia, da Razoabilidade, da Proporcionalidade, da Ampla Competição e da Supremacia do Interesse Público.

Sobre o assunto, com a habitual precisão, o renomado autor Hely Lopes Meirelles, ensina que:

A orientação correta nas licitações é a dispensa de rigorismos inúteis e a não exigência de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados em licitar

[...]

É um verdadeiro estrabismo público, que as autoridades superiores precisam corrigir, para que os burocratas não persistam nas suas distorções rotineiras de complicar aquilo que a legislação já simplificou

[...]

Os administradores públicos devem ter sempre presente que o formalismo inútil e as exigências de uma documentação custosa afastam muitos licitantes e levam a Administração a contratar com uns poucos, em piores condições para o Governo" (ob. Cit. P. 121).

Destarte, o artigo 3º da vigente Lei de Licitações é também claro e expresso, no sentido de impor ao gestor público uma interpretação exclusivamente objetiva das normas que regem um processo licitatório. É ainda de frisar que o fim maior do procedimento concorrencial é a ampliação da disputa, jamais a redução do número de licitantes. Assim, a licitação deve observar o princípio do formalismo moderado, não devendo predominar o rigor exagerado na apreciação dos documentos.

De outra parte, não se pode esquecer que a licitação tem por fim, além de garantir a observância do princípio **constitucional da isonomia**, propiciar à entidade licitante selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, visando sempre os princípios da Razoabilidade, da

Proporcionalidade, da Ampla Competição e da Supremacia do Interesse Público. Assim, a inabilitação da empresa recorrente por suposta inobservância de requisito de aspecto meramente formal.

Assim, é plenamente cabível ao ente público dispensar o formalismo excessivo em benefício dos PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE, DA PROPORCIONALIDADE E DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO. Cabendo, observar o princípio do formalismo moderado, não devendo predominar o rigor exagerado na apreciação dos documentos, e sim levar em consideração a **PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**.

No presente caso, conforme amplamente demonstrado acima a recorrente atendeu perfeitamente as regras entabuladas no instrumento convocatório ao apresentar documentação regular e completa para a qualificação técnica e habilitação no processo licitatório, tanto é que a própria Comissão reconheceu a Capacidade Técnica da recorrente através do Cartão CNPJ e Atestados de Capacidade Técnica, ou seja referidos documentos são perfeitamente hábil para comprovar a qualificação técnica exigida pelo edital, de forma que atende os objetivos traçados pela Administração Pública.

No caso aqui *in concreto*, a inabilitação da RECORRENTE de forma ilegal, impede a realização da licitação, pois haverá somente um licitante. Portanto, a competição é a “alma da licitação”, devendo-se evitar qualquer exigência irrelevante e destituída de interesse público, que restrinja a competição.

Portanto, a inabilitação da empresa recorrente se trata de inequívoco descumprimento aos termos do edital devendo culminar com a sua imediata **HABILITAÇÃO**.

B. DA INCORRETA HABILITAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DA REDEH DE BENEFICÊNCIA CRISTÃ

No que diz respeito a ASSOCIAÇÃO DA REDEH DE BENEFICÊNCIA CRISTÃ O INSTITUTO SAÚDE E CIDADANIA – ISAC formulou na Ata de Recebimento e Abertura de Documentação nr º 4/2020 os seguintes questionamentos:

Quanto a REDEH apresentou balanço contábil e o termo de encerramento sem o registro, também não foi apresentado as notas explicativas.

Sendo respondido pela Comissão Licitante na Ata Complementar o seguinte:

demonstrativo de resultado do exercício. Quanto o questionamento sobre o balanço da REDEH sem registro, a comissão entrou em contato com o Registro Civil de Pessoa Jurídicas e Títulos e Documentos de Taio e este informou que o carimbo de registro é feito apenas no termo de abertura e encerramento sendo o registro válido, ou seja, o balanço patrimonial apresentado está válido. Sobre a empresa INSAUDE não foi

O Edital de Licitação n.º 15/2020 determinava em seu item 5.3 – Qualificação Econômica Financeira o seguinte:

[...]

5.3.2 – Cópia autenticada do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício financeiro, já exigíveis e apresentados na forma da lei;

5.3.3 – É vedada a substituição do Balanço Patrimonial por balancetes ou balanços provisórios.

Note-se que a r. Comissão, somente respondeu ao questionamento quanto ao registro, mantendo-se inerte quanto ao questionamento da recorrente sobre não ter sido apresentadas as notas explicativas sobre o balanço patrimonial.

A instituição REDEH não apresentou as NOTAS EXPLICATIVAS, ou seja, não cumpriu o requisito do edital "5.3.2 Cópia autenticada do Balanço

Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício financeiro, já exigíveis e apresentados na forma da lei;

Ressalto, que no próprio corpo das DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, apresentadas pela REDEH está escrito, “AS NOTAS EXPLICATIVAS FAZEM PARTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”.

As notas explicativas são um instrumento da matéria contábil utilizada para informar os usuários sobre as demonstrações contábeis em determinado momento. Um dos expoentes da doutrina respectiva, SÉRGIO DE LUDÍCIBUS, digressiona sobre o tema:

Um dos grandes desafios da Contabilidade, relativamente à evidenciação, tem sido o dimensionamento da qualidade e da quantidade de informações que atendam às necessidades dos usuários das demonstrações contábeis em determinado momento.

Como parte do esforço desenvolvido nesse campo, surgiram as notas explicativas que são informações complementares às demonstrações contábeis, representando parte integrante das mesmas. Podem estar expressas tanto na forma descritiva como na forma de quadros analíticos, ou mesmo englobar outras demonstrações contábeis que forem necessárias ao melhor e mais completo esclarecimento dos resultados e da situação financeira da empresa, tais como: demonstrações contábeis em moeda constante. As notas podem ser usadas para descrever práticas contábeis utilizadas pela companhia, para explicações adicionais sobre determinadas contas ou operações específicas e ainda para composição e detalhes de certas contas. A utilização de notas para dar composição de contas auxilia também a estética do Balanço, pois se pode fazer constar dele determinada conta por seu total, com detalhes necessários expostos por meio de uma nota explicativa, como no caso de Estoques, Ativo Imobilizado, Investimentos, Empréstimos e Financiamentos e outras contas.⁴

⁴ IUDÍCIBUS, Sergio de, e outros. Manual de Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2003. 6.ª. ed. Ver. E atual. P.410.

As Notas explicativas - (NE) contêm informação adicional em relação à apresentada nas demonstrações contábeis, elas oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens divulgados nessas demonstrações e informação acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis, portanto são necessárias e úteis para melhor entendimento e análise das demonstrações contábeis, ou seja, aplicáveis em todos os casos que forem pertinentes.

A Resolução do CFC n.º 1.185/09 - NBC TG 26 - que trata da apresentação das demonstrações faz menção a forma de como se fazer e estruturar as referidas Notas Explicativas.

Conjunto completo de demonstrações contábeis

10. O conjunto completo de demonstrações contábeis inclui:

- (a) balanço patrimonial ao final do período;*
- (b) demonstração do resultado do período;*
- (c) demonstração do resultado abrangente do período;*
- (d) demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;*
- (f) demonstração do valor adicionado do período, conforme NBC TG 09 – Demonstração do Valor adicionado, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente;*
- (g) notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias;**

Já a NBC TG 1000 – Resolução 1255/2009 CFC determina que:

Conjunto completo de demonstrações contábeis

3.17 O conjunto completo de demonstrações contábeis da entidade deve incluir TODAS as seguintes demonstrações:
[...]

(f) Notas explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias.

O Tribunal de Contas da União já se pronunciou favoravelmente à exigência das notas explicativas, tendo seu compêndio de licitações e contratos comentado sobre as notas explicativas na parte destinada ao balanço patrimonial e demonstrações contábeis.

TCU - Primeira Câmara – Relator MARCOS BEMQUERER - Acórdão: 1544/2008 – “ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em: (...) 9.5. determinar à Administração Regional do Serviço Social do Comércio no Rio Grande do Sul que: (...) 9.5.3. faça constar nos editais de licitação a obrigatoriedade de que sejam apresentadas as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, no caso em que essas tenham sido emitidas, de modo a permitir o conhecimento de informações relevantes capazes de alterar as situações econômica, financeira ou patrimonial das empresas participantes dos procedimentos licitatórios;”

Com relação à obrigatoriedade legal da feitura das Notas Explicativas, salientamos o texto do § 4º do artigo 176 da Lei 6.404/76, vejamos:

§ 4º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

Os dispositivos supra mencionados aplicam-se as sociedades anônimas regidas pela lei 6.404/76 e por extensão aplicada as demais sociedades

Assim, com base nos textos legais mencionados e de acordo com os novos entendimentos do próprio CFC, podemos afirmar que desde a

implantação do IFRS no Brasil, não existe mais Demonstrações Contábeis que não devam ser complementadas por Notas Explicativas, que passam a ser de elaboração obrigatória para todas as entidades, independentemente de porte, atividade ou forma de tributação.

Ainda há que se levar em consideração que o fato da Comissão Licitante não ter dado tratamento isonômico para as concorrentes, vez que quanto a incertezas quanto ao registro do balanço pela REDEH entrou em contato com o Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos do Município de Taio, afim de esclarecer suas dúvidas e, no tocante a incertezas ao CNES da recorrente, optou por declarar a mesma inabilitada para o certame, o que sem dúvidas gera estranheza, vez que a concorrente REDEH foi a única declarada habilitada para concorrer e é quem está com contrato em vigência com a Administração Pública Municipal.

Pelo princípio do vínculo ao instrumento convocatório, todos os licitantes devem cumprir rigorosamente as regras previstas no edital, de forma que não há discricionariedade do Pregoeiro em admitir a sua não observância.

No presente caso, referida licitante REDEH não atendeu as regras entabuladas no instrumento convocatório ao apresentar balanço sem registro, devendo ser declarada inabilitada.

DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. **INABILITAÇÃO DE LICITANTE POR NÃO APRESENTAR DOCUMENTO REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL**, CONFORME EXIGÊNCIA DO EDITAL. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. **No caso, verifica-se que constava do edital a exigência de balanço patrimonial devidamente registrado na junta comercial, condição essa que não foi atendida pelo agravante. Portanto não há que se falar em excesso de formalismo ou em exigências desproporcionais da**

pregoeira, como quer fazer acreditar o agravante. Trata-se apenas de observância às regras do edital. 2. Assim, considerando a inexistência de fundamento relevante a justificar a suspensão do certame, deve ser mantida a decisão que indeferiu a liminar pleiteada pelo agravante. 3. Recurso conhecido e não provido.

(TJ-PI - AI: 00061128520158180000 PI, Relator: Des. Hilo de Almeida Sousa, Data de Julgamento: 05/12/2017, 3ª Câmara de Direito Público)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO. REQUISITOS DO EDITAL. INOBSERVÂNCIA. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO.

1. O edital é a lei interna do procedimento licitatório, não pode ser descumprido pela Administração e deve ser observado por todos os licitantes, para que concorram em igualdade de condições.

2. In casu, a parte agravante, para a comprovação da capacidade técnica-operacional, apresentou atestados (fls. 216/220) em nome da empresa CONSTRUSINOS com quantitativos insuficientes, bem como atestados em nome da empresa CENTERSUL, não participante do consórcio recorrente, o qual é constituído apenas pelas empresas KOMAK MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. e CONSTRUSINOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

3. O descumprimento das cláusulas constantes no edital conduz à inabilitação da licitante, pois, do contrário, estar-se-iam afrontando os princípios norteadores da licitação, expressos no art. 3º da Lei 8.666/93. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70077112092, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Barcelos de Souza Junior, Julgado em 29/08/2018).

(TJ-RS - AI: 70077112092 RS, Relator: João Barcelos de Souza Junior, Data de Julgamento: 29/08/2018, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 05/09/2018)

Assim sendo, tais documentos apresentados pela REDEH não são hábeis para comprovar a qualificação técnica exigida pelo edital, de forma que não atende os objetivos traçados pela Administração Pública.

A Constituição Federal prevê, no seu art. 37, XXI, a contratação de obras, serviços, compras e alienações mediante a observação do princípio da isonomia, assegurando a todos os concorrentes a igualdade de condições. A obrigatoriedade da aplicação do princípio é reiterada no art. 3º da lei 8.666/93.

O princípio da isonomia pode ser considerado como um instrumento regulador das normas, para que todos os destinatários de determinada lei recebam tratamento parificado.

Todos os dispositivos da lei de licitações ou regulamentação de um específico processo licitatório devem ser interpretados à luz do princípio da isonomia o qual, não objetiva a proibição completa de qualquer diferenciação entre os candidatos, pois essa irá ocorrer naturalmente com a seleção da proposta mais vantajosa à administração pública, sua verdadeira aplicação é a vedação de qualquer discriminação arbitrária, que gere desvalia de proposta em proveito ou detrimento de alguém, resultado esse de interferências pessoais injustificadas de algum ocupante de cargo público.

Assim é obrigação da administração pública não somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também demonstrar que concedeu a todos os concorrentes aptos a mesma oportunidade.

A isonomia deve ser pilar de todo o processo licitatório tanto durante o ato convocatório, que é aberto a todos, dentre os quais serão selecionados os que se enquadram nas características necessárias, exceto aqueles que por ato anterior estejam impossibilitados de participar, e na fase seguinte do processo, sendo que o julgamento das propostas deve ser feito baseado nos critérios objetivos delimitados no ato convocatório, sem qualquer influência subjetiva, ou preferência dos julgadores também nessa fase.

Diante do exposto, não cabe a Comissão Licitante determinar que somente uma concorrente esteja vinculada ao Edital por ferir o princípio da isonomia entre as licitantes.

A Licitação Pública tem como finalidade atender um interesse público, de forma que seus critérios devem ser observados por todos os participantes em estado de igualdade, para que seja possível a obtenção da proposta mais vantajosa.

Portanto, ao deixar de aplicar os dispositivos editalícios em isonomia entre os competidores há grave afronta a tais princípios, além de ferir o próprio princípio da finalidade da licitação, devendo, ser declarada inabilitada a ASSOCIAÇÃO DA REDEH DE BENEFICÊNCIA CRISTÃ.

4. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se digne-se Vossas Senhorias:

- A. O recebimento e o provimento das presentes razões;
- B. O total provimento do presente recurso administrativo;
- C. O reconhecimento dos vícios ora demonstrados;
- D. A habilitação do **INSTITUTO SAÚDE E CIDADANIA – ISAC** pelos fatos e fundamentos jurídicos acima expostos, por ser medida de justiça.

- E. A Inabilitação da **ASSOCIAÇÃO DA REDEH DE BENEFICÊNCIA CRISTÃ** diante de que não atendeu requisito previsto no edital pelos fatos e fundamentos jurídicos acima expostos;
- F. Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão quanto a inabilitação da recorrente e, na hipótese não esperada disso ocorrer, faça este subir, devidamente informados, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º do art. 109, da Lei nº 8.666/93.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília – Distrito Federal, 12 de junho de 2020.

EVANE DE LOURDES FERREIRA
SIMONASSI CORBACHO:51074370600

Assinado de forma digital por
EVANE DE LOURDES FERREIRA
SIMONASSI
CORBACHO:51074370600
Dados: 2020.06.12 16:55:38 -03'00'

INSTITUTO SAÚDE E CIDADANIA – ISAC
EVANE DE LOURDES FERREIRA SIMONASSI CORBACHO
Presidente